

A FORMAÇÃO DE JOVENS CIENTISTAS COMO UMA EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Patrícia Larisse Alves de Sousa ¹

Marta Campos de Quadros ²

RESUMO

Discussões sobre a prática da iniciação científica na educação básica têm sido recorrentes no âmbito político, escolar e acadêmico. A antecipação da prática de iniciação científica da universidade para a escola, vista como um investimento necessário, tem produzido efeitos no cotidiano escolar e, conseqüentemente, nos modos de subjetivação. A existência de programas de fortalecimento dessa política tem ampliado a participação das escolas públicas na formação dos jovens cientistas. Diante dessa realidade, encontramos a possibilidade de pensar de outros modos a formação dos jovens cientistas nas escolas, a partir da compreensão de que essa prática trata-se de uma emergência estratégica. Portanto, o objetivo deste artigo é analisar algumas verdades presentes nas publicações do Portal do Governo Federal sobre o *Programa Mais Ciência na Escola*, de forma a apontar o entrelaçamento desse mecanismo de governo com as práticas neoliberais. Trata-se de um estudo ancorado no campo dos Estudos Culturais em Educação, de viés pós-estruturalista e abordagem qualitativa, tendo como aparato teórico as teorizações de Michel Foucault e de alguns autores que dialogam com essa perspectiva filosófica. Como material de pesquisa optou-se pela análise de 18 (dezoito) notícias extraídas do Portal do Governo Federal que citam o *Programa Mais Ciência na Escola*, tendo a análise do discurso foucaultiano como ferramenta analítica. As análises empreendidas mostraram a sintonia dessa política com o projeto de neoliberalização para produção e inclusão de sujeitos. A partir da adesão das redes de ensino ao Programa, bem como do gerenciamento das estratégias e dos investimentos operados, o governo, na perspectiva promissora da inclusão produtiva, conduz os jovens para carreiras científicas e tecnológicas sujeitas à lógica preconizada pelas teses neoliberais.

Palavras-chave: Iniciação Científica, Escolas, Governo, Discurso, Neoliberalismo.

1. INTRODUÇÃO

Discussões sobre a prática da iniciação científica na educação básica têm sido recorrentes no âmbito político, escolar e acadêmico. A antecipação da prática de iniciação científica da universidade para a escola, vista como um investimento necessário, tem produzido efeitos no cotidiano escolar e nos modos de subjetivação dos sujeitos. Afinal, o atravessamento dessa prática na educação básica brasileira revela a sintonia da proposta

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil-ULBRA, patricia.larisse.a@gmail.com;

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), radiocapelinha2@gmail.com.



curricular nacional com os padrões apontados por instâncias internacionais que orientam as políticas educacionais globais, entre elas, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Enquanto discursos institucionalizados, as orientações dessas instâncias são tomadas como referências tanto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) quanto em programas e políticas de incentivo à Ciência, os quais conduzem a constituição dos jovens cientistas no âmbito escolar. Não se trata apenas de uma proposta político-pedagógica, mas de uma emergência contemporânea estratégica que, segundo Almeida e Longhin (2024), também está atrelada à preparação para o mercado de trabalho.

Programas e feiras de ciências são algumas das estratégias que têm estimulado a participação das escolas nessa formação. Tais iniciativas não aproximam somente os alunos das experiências científicas, como práticas de governo também moldam e regulam suas subjetividades.

Apesar dos avanços das políticas educacionais, reconhece-se que o Brasil ainda enfrenta muitos desafios para que essa formação seja uma realidade no cotidiano escolar, ainda que algumas ações tenham sido operadas para materializá-la. Entre essas ações, tomamos como objeto o *Programa Mais Ciência na Escola*, instituído pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva através do Decreto nº 12.049, de 11 de junho de 2024 (Brasil, 2024), para disseminar conhecimentos científicos e tecnológicos nas escolas públicas. Tal programa apresenta-se de uma versão ampliada do *Programa Ciência na Escola* (Brasil, 2019), instituído no governo do presidente Jair Bolsonaro, através do Decreto nº 10.151, de 2 de dezembro de 2019, para o aprimoramento do ensino de ciências nas escolas.

A reconfiguração do Programa revela um deslocamento político e institucional, apontando novos modos de subjetivação e de produção de conhecimentos. Sobre essa lógica, observa-se que, “[...] ao longo dos anos, diversos programas de Iniciação Científica foram desenvolvidos com objetivos específicos para promover a pesquisa e a formação científica entre os estudantes” (Almeida e Longhin, 2024, p.11).

Diante dessa realidade, encontramos a possibilidade de pensar de outros modos a formação dos jovens cientistas nas escolas: a partir da compreensão de que essa prática coloca-se como uma emergência estratégica. Por isso, trazemos para este debate a seguinte questão: formar jovens cientistas é uma emergência da Educação Básica? Não temos a pretensão de respondê-la, apenas usá-la como convite para esta investigação



crítica sobre uma realidade constituída por determinadas práticas discursivas.

Portanto, destaca-se que o objetivo deste artigo é analisar algumas *verdades* presentes nas publicações do Portal gov.br (<https://www.gov.br/pt-br>) sobre o *Programa Mais Ciência na Escola*, de forma a apontar o entrelaçamento desse mecanismo de governo com as práticas neoliberais que atravessam o campo da Educação.

Mais precisamente, busca-se analisar as verdades absolutas presentes nesses discursos a partir da perspectiva analítica foucaultiana, compreendendo que “Foucault nos permite pensar sobre a importância dos discursos e a produção de verdades que eles subjetivamente produzem em uma população” (Santaiana e Machado, 2024).

Desse modo, não se propõe nesta investigação avaliar pontos positivos e/ou negativos, nem concordar com ou rejeitar o referido Programa, apenas olhar para a formação de jovens cientistas na educação básica nesse contexto para além das verdades instituídas.

2. MAPEAMENTO DO *CORPUS* ANALÍTICO

Esta pesquisa caracteriza-se como uma investigação ancorada no campo dos Estudos Culturais em Educação, portanto, não situada em um [...] campo de produção de discursos com fronteiras balizadas (Costa, Silveira e Sommer, 2003, p. 40), o que nos possibilitou, para o desenvolvimento da análise proposta, tomarmos emprestadas contribuições do pensamento pós-estruturalista.

Desse modo, neste estudo, não buscamos trabalhar com uma visão engessada da realidade, na qual configura-se o objeto de pesquisa, mas sim sobre a produtividade discursiva da relação saber e poder que emerge de sua conjuntura. Por isso, da fonte do pensamento pós-estruturalista, operamos as discussões tomando como referências as seguintes teorizações de Michel Foucault: governo, biopolítica e discurso. Para aprofundamento teórico, contamos com as contribuições teóricas de autores que dialogam e mantêm afinidade com essa perspectiva filosófica.

A escolha pela perspectiva foucaultiana deve-se ao fato de ser uma fonte teórica-analítica que nos possibilita tensionar essa emergência contemporânea e a partir da materialidade discursiva apontar elementos que posicionam os sujeitos dentro de uma prática social conduzida por determinada racionalidade.



O que se pretende colocar em prática nesse estudo é o exercício da suspeição. Uma forma de interrogar propostas que são incluídas e que nos parecem ou podem parecer naturalizadas no âmbito educacional. Sobre a importância desse exercício, tomamos como referência o seguinte entendimento:

A suspeita sobre o próprio pensamento e suas pretensas verdades, a dúvida constante, a crítica radical, a experimentação cuidadosa e a permanente releitura do que parece já dado e tranquilo demandam esforços em geral extraordinários; mas são quase sempre compensadores. Tais esforços nos premiam com entendimentos mais refinados sobre o presente e nos abrem possibilidades para o futuro. (Veiga-Neto e Corcini, 2010, p.163)

Colocar sob suspeita o *Programa Mais Ciência na Escola* é uma oportunidade de compreender que essa proposta “[...] se constrói a partir de um campo complexo de discursos” (Foucault, 2008, p.26).

Assim, para formação do arquivo analítico, optou-se pela reunião de 18 (dezoito) notícias extraídas do *Portal gov.br* (<https://www.gov.br/pt-br>) que citam o *Programa Mais Ciência na Escola* e que foram publicadas entre outubro de 2023 a março de 2025, tendo como ferramenta teórica e metodológica a análise do discurso foucaultiana.

As notícias foram exploradas ao máximo e valorizadas como verdadeiros monumentos a partir do entendimento foucaultiano para pesquisa documental. Portanto, a investigação das construções discursivas presentes nesses documentos foi conduzida observando a relação na qual o objeto de pesquisa é operado.

No contexto nacional, o *Portal gov.br* funciona como um canal comunicativo entre diversos órgãos públicos ligados à esfera federal e a população em geral . É considerado um espaço privilegiado para dar visibilidade às notícias concernentes às ações desses órgãos e seus parceiros de interesse público e operar modos de subjetivação.

Como ação governamental, o *Programa Mais Ciência na Escola* é uma iniciativa que contempla um conjunto de ações que buscam fortalecer a política científica nas escolas através da parceria entre essas e outras instituições. É importante destacar que, conforme o respectivo instrumento legal, o “[...] estímulo às carreiras científicas e tecnológicas entre os jovens [...]” (Brasil, 2024) é uma das diretrizes que norteiam esse Programa, sendo assim um dispositivo que pode ajudar as escolas a revelarem os seus jovens cientistas através do exercício da prática da investigação científica.

Por isso, para o desenvolvimento analítico, foram localizadas as emergências em torno dessa prática a partir dos enunciados presentes nas notícias que compuseram o



material empírico da pesquisa.

3. ANÁLISE DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS

Compreendendo o discurso como espaço onde configuram-se práticas institucionais, sociais e políticas, temos na materialidade discursiva estruturas que podem revelar as relações de poder e micropoder presentes em uma determinada realidade social em um dado momento histórico.

Desse modo, nosso interesse em usar as notícias publicadas no *Portal gov.br* tem como fundamento o entendimento de Foucault, no que diz respeito aos enunciados postos em funcionamento.

O que me interessa, no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento (Foucault, 2006, p. 255).

Nesse sentido, lançamos sobre as notícias um olhar para o que é dizível buscando identificar os interesses que estão sendo mobilizados para a normalização da formação de sujeitos cientistas na educação básica, ou seja, para produção e validação de verdades que emergem dessa materialidade discursiva. Temos o discurso como uma manifestação política atravessada pelo poder, portanto, interessada. Logo, a política é racional, pois se manifesta conforme suas próprias razões (Veiga-Neto, 2013).

Aprofundando a leitura dessas fontes, foi possível observar que, de modo geral, as notícias analisadas têm em comum a presença do movimento em prol da adesão das redes de ensino ao *Programa Mais Ciência na Escola*, uma vez que se trata de uma ação que ainda não foi consolidada estrategicamente.

Após uma leitura global de cada notícia, foi possível constatar que o termo “chamada pública” associado ao Programa, ainda que, de forma sucinta, aparece em 11 (onze) dos 18 (dezoito) textos analisados, revelando a dimensão discursiva e social a qual a iniciativa encontra-se relacionada. Com a *chamada pública* o governo busca não somente dar visibilidade ao programa, mas captar parcerias para colocar em funcionamento essa estratégia e assim ir naturalizando a lógica que a sustenta.

Sendo a educação uma área estratégica de grande relevância para a produção de subjetividades, o Programa em tela traz como destaque a preocupação com a



popularização da Ciência. Essa iniciativa parece não se resumir apenas à igualdade de acesso ao conhecimento científico nas escolas, mas também revela uma estratégia de preparar os jovens para o atendimento de demandas sociais e econômicas através da produção científica.

No evento de lançamento do *Programa Mais Ciência na Escola*, cujo decreto foi assinado durante Cerimônia Nacional da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) em junho de 2024, o presidente Lula declarou: “A única coisa que eu quero é que todos, sem distinção, meninas e meninos deste país possam ter a mesma chance de disputar as mesmas coisas” (Brasil, MCTI, 2024a). Nota-se nesse pronunciamento que o presidente revela o desejo de promover uma formação em que todos possam ter condições de competir igualmente. Observa-se nesse enunciado uma preocupação, embora sutil, com a preparação dos jovens para o jogo da competitividade.

No entanto, a competitividade é uma estratégia marcante da doutrina neoliberal, onde os sujeitos são submetidos à lógica da disputa. Laval (2019) lembra-nos que, o princípio da competitividade prevalece na economia globalizada e isso reflete no cotidiano das escolas.

A concorrência entre os sujeitos faz parte do projeto de subjetivação neoliberal que vem influenciando as políticas educacionais globais. No entanto, Nascimento (2022, p.68) pontua que, em um estado que valoriza a concorrência, “[...] a lógica de uma política social não deverá ser a busca de igualdade, e sim deixar a desigualdade agir”. Com essa compreensão, a autora faz uma alerta importante sobre a gestão da desigualdade feita pelo Estado ao conduzir as condutas dos jovens para o atendimento da lógica do mercado. Tais questões mostram indícios de como a necessidade em formar jovens cientistas na educação básica pode estar alinhada não somente à formação integral, mas também à emergência do mercado neoliberal.

Em uma declaração, feita no lançamento do *Programa Mais Ciência na Escola* no estado do Ceará, em março de 2025, a ministra do MCTI, Luciana Santos, reforça a importância do programa para ampliar o alcance da popularização científica. Ela afirma: “O que nós queremos é aproximar nossos estudantes da ciência. A ciência não pode ser algo distante das pessoas, a ciência faz parte do dia a dia da vida das pessoas e nós precisamos fazer esse tipo de aproximação” (Brasil, MCTI, 2025a).

Corroborando a fala da ministra, a vice-governadora do estado do Ceará, Jade



Romero, no mesmo evento, reforçou que:

Programas como esse democratizam ainda mais o conhecimento, principalmente para os filhos da classe trabalhadora. Mais importante ainda, esse o Mais Ciência na Escola dá aos nossos filhos o direito de sonhar com um futuro diferente, um futuro com mais ciência, com mais compromisso com a sustentabilidade e com mais cidadania. (Brasil, MCTI, 2025a)

A declaração da vice-governadora associa o Programa à oportunidade de democratização dos conhecimentos e à perspectiva de um futuro diferente. É possível observar que a fala da vice-governadora do Ceará está alinhada com as recomendações da UNESCO sobre a importância da ciência para o desenvolvimento de um futuro sustentável, nas palavras de sua diretora-geral adjunta para a Educação, Stefania Giannini: “A Educação para o Desenvolvimento Sustentável pode proporcionar o conhecimento, a consciência e a acção que capacita as pessoas a transformarem-se a si próprias e a transformarem as sociedades” (UNESCO, 2021, p. 2).

Os discursos instituídos apontam a proposta como uma demanda necessária, ao mesmo tempo que anunciam o Programa como promessa para a transformação da realidade. No mesmo evento, ainda houve o pronunciamento do secretário da Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social (SEDES) do MCTI, Inácio Arruda, sobre a iniciativa, que pontuou:

A maneira mais adequada que encontramos de aproximar a ciência dos grandes pesquisadores da população foi o programa, que chega dentro das escolas, do ensino fundamental ao ensino médio, de maneira a ampliar o raio de popularização da ciência, da educação científica do nosso povo. (Brasil, MCTI, 2025a)

Nota-se que a declaração do secretário da SEDES do MCTI confirma o *Mais Ciência na Escola* como estratégia de governamentalização para a ampliação dessa política, o que nos conduz ao entendimento de que a escola ocupa um papel central na fabricação dos sujeitos cientistas, pois é nesse espaço “[...] onde se encontram jovens e crianças, constituindo parte significativa da população” (Saraiva, 2013, p.177).

Como podemos observar, tais declarações fundamentam e corroboram a implementação dessa política que, por sua vez, amplia a função da escola e opera a governamentalização das condutas dos estudantes.

Percebe-se que tais posicionamentos professam discursos que convergem para a naturalização da prática científica nas escolas. Além dos aspectos mencionados, o



investimento em infraestrutura e equipamentos relacionados à construção de laboratórios *Maker*, “[...] espaços de prototipagem e inovação, onde jovens podem dar vida às suas ideias e projetos – em escolas públicas de todo país, priorizando as dos anos finais do ensino fundamental situadas em áreas de alta vulnerabilidade social.” (Brasil, MCTI, 2024d), também é outra questão que aparece com recorrência, visto que alinha-se ao objetivo do Programa de : “[...]transformar a educação básica, promovendo um futuro digital e científico inclusivo e inovador para todos os estudantes, no âmbito da educação integral” (Brasil, MCTI, 2024d).

Observa-se que termos como *laboratório maker*, *protagonismo estudantil*, *inovação*, *letramento digital*, *popularização científica*, *futuro digital*, *científico e inclusivo* são recorrentes para caracterizar a proposta junto à premissa de melhoria da educação. Esses termos não são empregados aleatoriamente, eles sugerem alinhamento das ações planejadas às subjetividades neoliberais que atravessam às escolas, pois conforme aponta Gallo (2017) somos constituídos nas e pelas instituições.

O Programa funciona como uma ferramenta de gerenciamento, articulando diferentes estratégias de governo nas escolas e nas instituições de pesquisas – é produto de uma parceria entre o MCTI e o MEC, com execução do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – como exposto no trecho a seguir:

A ação tem como objetivo disseminar o letramento digital e a educação científica na educação básica, com implantação de laboratórios maker em escolas públicas, acompanhados de planos de atividades, formação de professores e bolsas para professores e alunos. Uma parceria entre escolas e instituições científicas, tecnológicas e de inovação, com caráter de extensão. (Brasil, MCTI, 2024a)

Trechos semelhantes também foram encontrados em duas outras notícias, como podemos ver a seguir:

Mil escolas serão beneficiadas com laboratórios acompanhados de planos de atividades, formação de professores e bolsas para professores e estudantes, fortalecendo a parceria entre escolas e instituições científicas, tecnológicas e de inovação. (Brasil, MEC, 2024a)

As escolas serão beneficiadas com laboratórios, acompanhados de planos de atividades, formação de professores e bolsas para educadores e estudantes. Com isso, a expectativa é fortalecer a parceria entre escolas e instituições científicas, tecnológicas e de inovação no País. (Brasil, MEC, 2024b)

Nos trechos mencionados acima, assim como em outros pontos apresentados anteriormente, emergem indícios de como o *Mais Ciência na Escola* funciona como



estratégia de controle social no âmbito do governo federal. A fala do secretário da SEDES do MCTI, Inácio Arruda, revela aspectos que corroboram esse entendimento.

Esses programas de popularização são a base para que o governo e o país tenham programas arrojados de pesquisa e construção de estruturas capazes de responder às nossas necessidades. Não se faz isso sem popularizar a ciência, sem as feiras, sem as olimpíadas científicas, sem programas como o Mais Ciência na Escola. (Brasil, MCTI, 2024b)

Luciana Santos, ministra do MCTI, em declaração feita na solenidade de implementação do Programa no estado da Paraíba, no município de Campina Grande, em março de 2025, reafirmou o que se anseia no âmbito dessa política:

O programa 'Mais Ciência na Escola' vai oferecer a estrutura necessária para que, na educação básica, os estudantes possam ter protagonismo. Através do compartilhamento de conteúdos e desenvolvimento de projetos, eles terão a oportunidade de criar soluções para o cotidiano de suas famílias e comunidades, utilizando o método científico. (Brasil, MCTI, 2025b)

Tal fala não somente ratifica outras declarações já realizadas pela própria ministra, como confirma o Programa como estratégia de biopolítica dirigida à população, que forja um certo tipo de sujeito, apoiado entre outros aspectos, pelo protagonismo e responsabilização produtiva, temáticas fundamentadas pela racionalidade neoliberal.

Durante a Cerimônia Nacional da OBMEP, em junho de 2024, além da ênfase no protagonismo estudantil e na responsabilização social dos sujeitos, a ministra do MCTI fez referência à gestão das condutas repetindo a mesma assertiva identificada no excerto da matéria anterior:

O Programa vai oferecer uma estrutura para que a educação básica tenha mais atividades mão na massa, dando protagonismo aos estudantes para que, com orientação e inclusive *criar soluções para o cotidiano de sua família, de sua comunidade, a partir do método científico*. (Brasil, MCTI, 2024a, destaque nosso)

Na abertura do Laboratório Piloto do *Programa Mais Ciência na Escola* em Sanharó-PE, a titular do MCTI enfatiza o termo “inclusão produtiva”, um dos objetivos do Programa: “A ideia é que as ações mão na massa estejam ligadas à inclusão produtiva e ao desenvolvimento das vocações de cada local” (Brasil, MCTI, 2024c).

Nota-se que a fala da ministra vai ao encontro do princípio da inclusão produtiva adotado pela vertente neoliberal que, segundo Lockmann (2013), é um princípio produzido e regulado pela concorrência. Ainda segundo a mesma autora, a inclusão produtiva é um investimento que faz com que o sujeito se torne ativo, produtivo e que se



mantenha no jogo do mercado (Lockmann, 2013). Portanto, nesse cenário, a inclusão é uma necessidade. Na mesma perspectiva, Gallo (2017, p.91) nos lembra que “não é por acaso que a *inclusão* tem sido a lógica que preside a produção biopolítica brasileira”.

Desta forma, as ações de fortalecimento da prática de iniciação científica na educação básica são sistematizadas para produzir sujeitos que sejam capazes de se incluírem no jogo do mercado que reverbera na implementação de políticas públicas. Na mesma solenidade, realizada no município de Sanharó-PE, o presidente Lula fez a seguinte declaração: “Com ações como essas, abrimos a possibilidade para que esses jovens possam sonhar em conquistar uma carreira científica e tecnológica. O futuro da ciência está aqui, no chão dessa escola”. (Brasil, MCTI, 2024c)

Nessa declaração, o presidente da república evidencia a demanda da formação de jovens cientistas, corroborando a declaração da ministra do MCTI que se fundamenta na promessa da inclusão produtiva e transformação da realidade social. Tais declarações estão implicadas na formação de um conjunto de verdades que permeiam essa política que, embora proponha uma educação científica transformadora, também opera em sintonia com as subjetividades neoliberais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos temos visto uma maior mobilização para a aproximação dos alunos da educação básica com a produção científica. A educação científica como direito de todos tem sido defendida por órgãos internacionais de governança global como um caminho para o desenvolvimento social e econômico sustentável (UNESCO, 2021).

Tal orientação tem sido acolhida e reverberada em programas estratégicos de governança do Estado brasileiro. Nesse sentido, o *Programa Mais Ciência na Escola* configura-se como uma estratégia nacional que traz à tona essa emergência, mobilizando escolas e instituições de pesquisa para a formação de sujeitos cientistas em consonância com os pressupostos apontados pelas organizações internacionais.

Assim, as análises empreendidas, neste estudo, nos possibilitam afirmar que, embora de modo sutil, há sintonia do Programa com traços do projeto de neoliberalização para produção e inclusão dos sujeitos. A adesão das redes de ensino e das instituições de pesquisa ao *Mais Ciência na Escola* sugere a formação de uma rede de governo. A



partir da adesão das instituições, bem como do gerenciamento das estratégias e dos investimentos operados, o governo, na perspectiva promissora da inclusão produtiva, conduz os jovens para carreiras científicas e tecnológicas sujeitas à lógica preconizada pelas teses neoliberais para a formação dos sujeitos cientistas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. H. de; LONGHIN, S. R. Um panorama da iniciação científica na educação básica no Brasil: marcos históricos, legislação e perspectivas. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, 2024. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/986>. Acesso em: 02 mar. 2025.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 10.151, de 2 de dezembro de 2019*. Institui o Programa Ciência na Escola. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, 03 dez 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10151.htm . Acesso em: 02 fev.2025.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 12.049/24 de 11 de junho de 2024*. Institui o Programa Mais Ciência na Escola para Expansão de Tecnologias Digitais e Experimentação Científica na Educação Básica – Mais Ciência na Escola. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, 12 jun. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12049.htm Acesso em: 02 fev.2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *Decreto que cria o Programa Mais Ciência na Escola é assinado durante Cerimônia Nacional da OBMEP*. Brasília: MCTI, 11 jun. 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/06/decreto-que-cria-o-programa-mais-ciencia-na-escola-e-assinado-durante-cerimonia-nacional-da-obmep> . Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *Exposição do MCTI leva programas Pop Ciência e Mais Ciência na Escola para a Câmara dos Deputados*. Brasília: MCTI, 19 jun. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/06/exposicao-do-mcti-leva-programas-pop-ciencia-e-mais-ciencia-na-escola-para-a-camara-dos-deputados> . Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *Laboratório piloto do Programa Mais Ciência na Escola é inaugurado em Pernambuco*. Brasília: MCTI, 05 jul. 2024c. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/07/laboratorio-piloto-do-programa-mais-ciencia-na-escola-e-inaugurado-em-pernambuco> . Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *Chamada pública do Mais Ciência na Escola estende prazo até 20 de agosto*. Brasília: MCTI, 29 jul. 2024d. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o->



mcti/noticias/2024/07/chamada-publica-do-mais-ciencia-na-escola-estende-prazo-ate-20-de-agosto. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *MCTI e Governo do Ceará lançam programa Mais Ciência na Escola*. Brasília: MCTI, 14 mar. 2025a. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2025/03/mcti-e-governo-do-ceara-lancam-programa-mais-ciencia-na-escola> . Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *Programa Mais Ciência na Escola chega à Paraíba*. Brasília: MCTI, 20 mar. 2025b. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2025/03/programa-mais-ciencia-na-escola-chega-a-paraiba> . Acesso em: 31 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *MEC discute Programa Mais Ciência na Escola*. Brasília: MEC, 27 jun. 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/mec-discute-programa-mais-ciencia-na-escola> . Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Mais Ciência na Escola: envio de propostas prorrogado até 20/8*. Brasília: MEC, 26 jul. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/mais-ciencia-na-escola-envio-de-propostas-prorrogado-ate-20-8> . Acesso em: 10 fev. 2025.

COSTA, M. V.; SILVEIRA, R. H. SOMMER, L. H. Estudos culturais, educação e pedagogia. *Revista Brasileira de Educação*, nº 23, 2003. Disponível em: scielo.br/j/rbedu/a/FPTpjZfwdKbY7qWXgBpLNCN/?format=pdf. Acesso em: 04 mar. 2025.

FOUCAULT, M. *Estratégia, poder-saber*. 2 ed. Org. e seleção de texto de Manoel B. da Motta. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GALLO, S. Biopolítica e subjetividade: resistência?. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 66, p. 77-94, out./dez. 2017. Disponível em: scielo.br/j/er/a/nmFRqJV8P8mRGzbB3j7bHXm/?format=pdf. Acesso em: 11 fev. 2025.

LAVAL, C. *A escola não é uma empresa*. São Paulo: Boitempo, 2019.

LOCKMANN, K. *A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada: estratégias da governamentalidade neoliberal*. 2019. 317 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79669/000902935.pdf?sequence=1&isAlloved=y> Acesso: 15 out. 2020.

NASCIMENTO, C. A. do. *Programas para juventude pobre como ação de um estado-*



coach. 2022. 422 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Canoas, RS, 2022. Disponível em:
<https://servicos.ulbra.br/BIBLIO/PPGEDUT021.pdf>. Acesso: 20 jan. 2025.

SANTAIANA, R. S.; MACHADO, J. A. Base Nacional Comum Curricular: a emergência de uma subjetividade competente. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 26, n. 1, e7517, 2024. Disponível em:
<https://www.unichapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/7517> . Acesso em: 30 jan. 2025.

SARAIVA, K.S. Educando para viver sem riscos. *Educação* (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 2, p. 168-179, maio/ago. 2013. Disponível em:
<https://www.bing.com/search?q=Educando%20para%20viver%20sem%20riscos&qs=n&form=QBRE&sp=1&ghc=1&lq=0&pq=educando%20para%20viver%20sem%20risco&sc=12-30&sk=&cvid=AA5149C989C441E09B3CDDDC4CD60D57> . Acesso em: 16 fev. 2025.

UNESCO. *Educação para o desenvolvimento Sustentável: um roteiro*. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000378650> . Acesso em: 18 fev. 2025.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão e governamentalidade. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 947-963, out. 2007. Disponível em:
<https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&id=W2021784890> . Acesso em: 10 fev. 2025.

VEIGA-NETO, A. Governamentalidade e educação. *Revista Colombiana de Educación*, n.65, Bogotá, Jul/Dec. 2013. Disponível em:
http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-39162013000200002. Acesso em: 10 fev. 2025.

